2 — Tanto nos casos de substituição definitiva, como nos casos de substituição temporária, o substituto é designado pela mesma forma por que tiver sido designado o substituído e cessa funções no termo do período para que tiver sido nomeado, salvo se, no caso de substituição temporária, o substituído regressar ao exercício de funções antes de terminar o seu mandato.

ARTIGO 19.º

Delegação de poderes

1 — O conselho de administração poderá delegar em qualquer dos seus membros algumas das suas competências, definindo em acta os limites e as condições do seu exercício.

2 — O conselho de administração pode ainda delegar num dos seus membros, que será o administrador-delegado, a gestão corrente da sociedade.

ARTIGO 20.º

Competências do presidente

1 — Compete ao Presidente do conselho de administração :

- a) Representar o Conselho;
- b) Coordenar a actividade do conselho e convocar e dirigir as suas reuniões;
- c) Exercer voto de qualidade;
- d) Zelar pela correcta execução das deliberações do conselho de administração.

2 — Nas suas faltas e impedimentos, o presidente será substituído pelo vogal do conselho por si designado para o efeito.

ARTIGO 21.º

Deliberações

1 — O conselho de administração não pode deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros em exercício, salvo por motivo de urgência, como tal reconhecida pelo presidente, caso em que os votos podem ser expressos por correspondência ou por carta passada a outro administrador.

2 — As deliberações do conselho de administração constarão sempre da acta e serão tomadas pela maioria dos votos presentes ou representados, tendo o presidente, ou quem o substitua, voto de qualidade.

ARTIGO 22.º

Vinculação da sociedade

A sociedade obriga-se:

- a) Pelas assinaturas de dois membros do conselho de administração;
- b) Pela assinatura de um administrador e de um procurador;
- c) Pela assinatura de um administrador ou procurador com poderes para o acto.

SECÇÃO III

Fiscal único

ARTIGO 23.º

Composição

O fiscal único será obrigatoriamente um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas.

ARTIGO 24.º

Competência

Compete ao fiscal único:

- a) Exercer, em geral, a fiscalização da actividade social;
- b) Examinar, sempre que o julgue conveniente, a escrituração da sociedade;
- c) Acompanhar o funcionamento da sociedade, bem como o cumprimento dos estatutos e das normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis;
- d) Emitir parecer acerca das demonstrações financeiras;
- e) Exercer as demais atribuições que lhe sejam cometidas por lei.

CAPÍTULO IV

Exercício social e distribuição de resultados

ARTIGO 25.º

Exercício social

O exercício social coincide com o ano civil.

ARTIGO 26.º

Distribuições de resultados

1 — Os lucros líquidos apurados em cada exercício, depois de deduzidas ou reforçadas as reservas impostas por lei, terão o destino que a assembleia geral deliberar por simples maioria, podendo os mesmos não ser, no todo ou em parte, distribuídos pelos accionistas.

2 — No decurso de um exercício poderão ser feitos aos accionistas adiantamentos sobre lucros, nas condições previstas na lei.

CAPÍTULO V

Dissolução e liquidação

ARTIGO 27.º

A sociedade dissolve-se nos termos previstos na lei.

ARTIGO 28.º

A liquidação do património em consequência da dissolução será feita extrajudicialmente através de uma comissão liquidatária constituída pelos administradores em exercício, se a assembleia não deliberar de outro modo.

27 de Julho de 2005. — O Segundo-Ajudante, *Fernando Manuel Pereira Coimbra Fernandes*.
2009797710

VERGARTE MANUFACTURAS DE VIME, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Sintra. Matrícula n.º 022154/050221; identificação de pessoa colectiva n.º 500968942; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 31/050221.

Certifico que foram alterados os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 5.º e adita 7.º, 8.º e 9.º do contrato que ficaram com a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma VERGARTE — Comércio de Artesanato e Caixilharia de Alumínio, L.ª, e tem a sua sede na Rua de Elias Garcia, 201, Alto do Forte, freguesia de Rio de Mouro, concelho de Sintra, podendo a gerência deslocá-la livremente, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto comércio de artesanato, nomeadamente artigos de vime, verga, madeira e bambu. Fabrico e montagem de trabalhos de serralharia e caixilharia de alumínio. Reparação e manutenção de estruturas de ferro e alumínio.

ARTIGO 3.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de cinquenta mil euros, e corresponde à soma quatro quotas, uma do valor nominal de vinte e cinco mil euros pertencente ao sócio Manuel João Gonçalves, uma do valor nominal de doze mil e quinhentos euros pertencente à sócia Amélia Maria de Jesus Pinheiro Gonçalves e duas quotas pertencentes ao sócio Luís Miguel Pinheiro Gonçalves, sendo uma de mil duzentos e cinquenta euros (bem próprio) e outra de onze mil duzentos e cinquenta euros (bem comum).

ARTIGO 5.º

A cessão total ou parcial de quotas entre sócios é livremente permitida. Porém a cessão de quotas a estranhos, fica dependente do prévio consentimento da sociedade à qual em primeiro lugar e depois dela aos sócios não cedentes fica reservado o direito de preferência.

ARTIGO 7.º

Os sócios poderão deliberar, por acordo unânime, que lhes sejam exigidas prestações suplementares até ao montante de cem mil euros, sem prejuízo de eventuais suprimentos de que a sociedade carecer.

ARTIGO 8.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo do seu titular;
- b) Por falência ou insolvência do sócio titular;
- c) Se a quota for objecto de penhora, arresto ou outra providência cautelar.

ARTIGO 9.º

Fica velado aos gerentes assinar em nome da sociedade quaisquer actos ou contratos alheios aos negócios sociais, nomeadamente letras de favor, fianças, abonações e actos semelhantes, ou assumir obrigações ou responsabilidades estranhas aos interesses da sociedade.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

2 de Março de 2005. — O Segundo-Ajudante, *Fernando Manuel Pereira Coimbra Fernandes*.
1000282248

TRIUNFO — PRODUTOS ALIMENTARES, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Sintra. Matrícula n.º 020170/030428; identificação de pessoa colectiva n.º 502449136; inscrição n.º 38; número e data da apresentação: 17/050331.

Certifico que foi depositada a escritura de que consta a fusão efectuada pela sociedade em epígrafe nos seguintes termos:

Modalidade: transferência global de todo o património.

Sociedade incorporante: Triunfo — Produtos Alimentares, S. A.

Sociedade incorporada: United Biscuits Iberia, L.^{da}

(a sociedade será extinta).

Artigos alterados: 1.º n.º 1 (denominação); 4.º adita o n.º 5; 7.º n.º 1, n.º 3, n.º 4 e suprime o n.º 2 e n.º 7; 8.º; 11.º suprime o n.º 2; 12 n.º 4 e suprime o n.º 2 e n.º 3; 13.º n.º 4; 17.º n.º 1 e suprime o n.º 2; supressão do 21.º e consequente renuneração de todos os artigos

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade continua a sua existência com a denominação de United Biscuits Portugal, S. A., e tem a sua sede no Bairro de São Carlos, em Mem Martins, freguesia de Mem Martins, concelho de Sintra.

2 — (*Mantém-se.*)

ARTIGO 4.º

1 — (*Mantém-se.*)

2 — (*Mantém-se.*)

3 — (*Mantém-se.*)

4 — (*Mantém-se.*)

5 — Nos termos do disposto no artigo 287.º do Código das Sociedades Comerciais, é obrigatória para os accionistas, na proporção das acções detidas, a realização de prestações acessórias, sempre que tal for deliberado, unanimemente, pela assembleia geral, que fixará os demais termos e condições de realização, remuneração reembolso das prestações acessórias.

ARTIGO 7.º

1 — A assembleia geral é constituída pelos accionistas titulares de, pelo menos, uma acção. A cada acção corresponde um voto.

2 — Os accionistas podem ser representados, na assembleia geral, por meio de procuração ou simples carta dirigida ao presidente da mesa.

3 — No caso de contitularidade de acções, só o representante comum poderá participar nas reuniões da assembleia geral, nos termos da lei e destes estatutos.

4 — Os accionistas sem direito a voto e o representante comum dos obrigacionistas não poderão estar presentes às assembleias gerais, excepto se a sua presença for autorizada pelo presidente da mesa. Poderão ainda assistir às reuniões da assembleia geral outras pessoas cuja presença seja autorizada pelo presidente da mesa, podendo designadamente participar técnicos da Sociedade ou de Sociedades participadas, sem direito a voto, e sob proposta do conselho de administração, para esclarecimento de questões específicas que estejam em apreciação.

ARTIGO 8.º

A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente e um Secretário, os quais poderão ser ou não accionistas, eleitos quadrialmente em assembleia geral.

ARTIGO 11.º

As deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria de votos emitidos, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria qualificada.

ARTIGO 12.º

1 — (*Mantém-se.*)

2 — O presidente do conselho de administração é eleito pela assembleia.

3 — O conselho de administração reunirá com a periodicidade que determinar e sempre que for convocado nos termos da lei, ou nos termos de regulamento aprovado pelo próprio conselho.

4 — A convocatória pelo presidente do conselho administração pode ser verbal.

5 — O presidente do conselho de administração tem voto de qualidade.

6 — Os administradores impedidos de comparecer às reuniões podem fazer-se representar pelo administrador que designarem em carta dirigida ao presidente do conselho de administração.

ARTIGO 13.º

1 — (*Mantém-se.*)

2 — (*Mantém-se.*)

3 — (*Mantém-se.*)

4 — Em documentos de assinalável volume a emitir pela sociedade, as assinaturas de quem tem poderes para obrigar podem ser reproduzidas mecanograficamente, se o conselho de administração deliberar.

5 — Sempre que os valores mobiliários emitidos pela sociedade sejam representados por títulos estes devem ter a assinatura de dois administradores, podendo as assinaturas ser substituídas por simples reprodução mecânica ou chancelada.

ARTIGO 17.º

Os membros do conselho de administração e, bem assim, os membros da mesa da assembleia geral, não auferirão qualquer remuneração pelo exercício das suas funções.

ARTIGO 21.º

Os preceitos dispositivos do Código das Sociedades Comerciais podem ser derroga os por simples deliberação dos sócios, sem necessidade de alteração estatutária.

6 de Abril de 2005. — O Segundo-Ajudante, *Fernando Manuel Pereira Coimbra Fernandes*.
2010207432

PORTO**FELGUEIRAS****ARTUR MODESTO — MONTAGEM DE REDES E VEDAÇÕES, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Felgueiras. Matrícula n.º 2725/020913; identificação de pessoa colectiva n.º 506233600; data da apresentação: 090305.

Certifico que foi efectuado o depósito dos documentos na pasta respectiva respeitante à prestação de contas do ano de 2005.

Conferida, está conforme.

21 de Março de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel da Costa Ribeiro*.
2004439874

ELECTROMECAÂNICA DE BARROSAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Felgueiras. Matrícula n.º 1639/980105; identificação de pessoa colectiva n.º 504043609; averbamento n.º 01 à inscrição n.º 1 e inscrição n.º 8; números e data das apresentações: 04 e 05/030204.

Rectificação. — Do teor da certidão do texto para publicação da alteração parcial do contrato da sociedade em epígrafe, datado de 2 de Março de 2004, por lapso não foi certificada a nova redacção do artigo 3.º e cuja a redacção passou a ser a seguinte:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinco mil euros, dividido em quatro quotas, sendo três iguais do valor nominal de mil e quinhentos euros, pertencentes uma a cada um dos sócios Ricardo Jorge Mota Pinto Fernandes, Fernando Jorge Rodrigues Fernandes e Patrícia Isabel Mota Pinto Fernandes Silva, e outra do valor nominal de quinhentos euros, pertencente ao sócio Domingos António Pereira Francisco.

Foi depositado o texto completo na sua redacção actualizada.

Conferida, está conforme.

30 de Maio de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel da Costa Ribeiro*.
2004167351